



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) é uma autarquia federal com personalidade jurídica e forma federativa, criado pelo decreto lei nº 4.324/1964. O CRO-MG é composto pela Sede e suas 14 (quatorze) Delegacias Regionais, conforme detalhado abaixo:

1. CNPJ: 17.231.564/0001-38, localizada à Rua da Bahia, nº 1477, bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte/MG, sendo a Sede do CRO-MG;
2. CNPJ: 17.231.564/0002-19, localizada à Rua Major Eustáquio, nº 76, sala 911, bairro Centro, na cidade de Uberaba/MG;
3. CNPJ: 17.231.564/0003-08, localizada à Rua Batista de Oliveira, nº 1164, sala 1015, bairro Centro, na cidade de Juiz de Fora/MG;
4. CNPJ: 17.231.564/0004-80, localizada à Rua General Costa Campos, nº 65, sala 103, bairro Centro, na cidade de Alfenas/MG;
5. CNPJ: 17.231.564/0005-61, localizada à Rua Cel. Antônio Alves Pereira, nº 400, sala 1105, bairro Centro, na cidade de Uberlândia/MG;
6. CNPJ: 17.231.564/0006-42, localizada à Rua Major Alexandre Rodrigues, nº 40, bairro Ibituruna, na cidade de Montes Claros/MG;
7. CNPJ: 17.231.564/0007-23, localizada à Avenida Brasil, nº 3277, bairro Centro, na cidade de Governador Valadares/MG;
8. CNPJ: 17.231.564/0008-04, localizada à Rua Costa Pereira, nº 45, sala 204, bairro Centro, na cidade de Lavras/MG;
9. CNPJ: 17.231.564/0009-95, localizada à Rua Presidente Dutra, nº 03, sala 405, bairro Centro, na cidade de Três Corações/MG;
10. CNPJ: 17.231.564/0010-29, localizada à Rua Epaminondas Otoni, nº 689, Cj.301, bairro Centro, na cidade de Teófilo Otoni/MG;
11. CNPJ: 17.231.564/0011-00, localizada à Rua Major Gote, nº 585, salas 608/609, bairro Centro, na cidade de Patos de Minas/MG;
12. CNPJ: 17.231.564/0012-90, localizada à Rua Barão do Monte Alto, nº 144, sala 301, bairro Centro, na cidade de Muriaé/MG;
13. CNPJ: 17.231.564/0013-71, localizada à Praça Dr. Prado, nº 56, bairro Centro, na cidade de Diamantina/MG;
14. CNPJ: 17.231.564/0014-52, localizada à Rua Juiz de Fora, nº 18, bairro Centro, na cidade de Ipatinga/MG;
15. CNPJ: 17.231.564/0015-33, localizada à Rua Antônio Olímpio de Moraes, nº 545, bairro Centro, na cidade de Divinópolis/MG.

De acordo com a lei 4324, de 1964, em seu artigo 11, aos Conselhos Regionais de Odontologia compete:

- deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros, de profissionais registrados na forma desta Lei;
- fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes;
- deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo a seus infratores as devidas penalidades;
- organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;
- sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- eleger um delegado-eleitor para a assembleia referida no artigo 3º;
- dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais, com recurso suspensivo para o Conselho Federal;



- expedir carteiras profissionais;
- promover por todos os meios ao seu alcance o perfeito desempenho técnico e moral de odontologia, da profissão e dos que a exerçam;
- publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;
- designar um representante em cada município de sua jurisdição;
- submeter à aprovação do Conselho Federal o orçamento e as contas anuais.

Sua estrutura organizacional e funcionamento estão estabelecidos na Resolução CFO-63/2005 e atualizações posteriores. A entidade possui autonomia na gestão dos serviços oferecidos, gestão financeira e gestão de recursos humanos.

Sua principal fonte de recursos é o recolhimento de anuidades pagas pelos profissionais e organizações odontológicas inscritos, sendo que 1/3 dessa renda é creditada ao Conselho Federal de Odontologia (CFO) a título de cota-parte. De modo complementar o Conselho obtém recursos através de taxas de serviços, sem repasse ao CFO.

O Conselho goza de imunidade tributária conforme definido no §2º Artigo 150 da Constituição Federal.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, segue preceitos definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público) e as normas derivadas mais específicas como, NBC TSP 01 a NBC T 16.11 que serão mencionadas nos tópicos a seguir, frutos do processo contínuo de convergência às normas internacionais de contabilidade e capitaneado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme portaria MF nº 18-4/2008. Esse esforço vem ao encontro da demanda da sociedade por mais transparência e responsabilidade na gestão do dinheiro público, e o **Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais**, autarquia assim constituída pela lei 4.324 de 14 de abril de 1964, está inserido nesse contexto. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e uma importante ferramenta de elucidação das informações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes ao exercício de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas no exercício de 2021 foram as seguintes:

a) **Moeda funcional:**

A moeda funcional utilizada é o Real (R\$). As Demonstrações Contábeis do CRO-MG não apresentam registros em moeda estrangeira.

b) **Regime de tributação:**

O CRO-MG adota o regime de competência para registro das operações de reconhecimento das despesas e o regime de caixa para as receitas, conforme previsto no modelo PCASP.

c) **Caixa e Equivalentes de Caixa:**

- i) O Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.
- ii) O Equivalente de Caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Tem como finalidade atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins.

d) **Créditos à Curto Prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, as anuidades vincendas relativas ao exercício corrente a receber dos profissionais e organizações odontológicas, pessoas



físicas e pessoas jurídicas, incluindo multas, juros, débitos parcelados e quaisquer outros créditos de mesma natureza.

e) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo:

São direitos provenientes das demais operações, tais como adiantamento a empregados, adiantamento a fornecedores, impostos a recuperar, depósitos judiciais e quaisquer outros direitos a receber realizáveis em curto prazo que não se enquadrem no item anterior.

f) Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente:

Compreendem por variações patrimoniais diminutivas (VPD) que foram pagas de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

g) Créditos realizáveis à Longo Prazo:

Compreendem os direitos a receber provenientes das atividades do Conselho, como anuidades dos profissionais e entidades odontológicas inscritas, taxas e multas por infrações não recebidas até o fim do próximo exercício social, em cobrança administrativa, ajuizados ou não (dívida ativa).

h) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis do CRO-MG. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem a vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e que sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Intangível:

O Intangível são os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

j) Depreciação de bens móveis/imóveis:

A base de cálculo para a depreciação e a amortização é o valor da aquisição e a vida útil dos bens. Como regra geral, a depreciação/amortização deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação/amortização em fração menor do que um mês.

k) Passivo Circulante:

As obrigações de curto prazo do CRO-MG são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Empréstimos e Financiamentos a Pagar;
- III. Fornecedores e Contas a Pagar;
- IV. Obrigações de Repartição a outros Entes (CFO);
- V. Demais Obrigações.

l) Passivo não Circulante:

As obrigações de longo prazo do CRO-MG são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.



O passivo não circulante do CRO-MG é composto basicamente das parcelas dos empréstimos que foram contraídas com pagamento acima de 12 meses e das provisões para riscos trabalhistas (prováveis processos trabalhistas movidos por ex-colaboradores a serem julgados).

m) Ativos e Passivos Contingentes:

São reconhecidos conforme a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- i) **Ativos Contingentes:** São reconhecidos somente quando já garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos **prováveis** são apenas divulgados em notas explicativas.
- ii) **Passivos Contingentes:** Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como **prováveis** e os montantes envolvidos forem mensuráveis como suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas **possíveis** são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas **remotas** não são provisionados nem divulgados.

n) Patrimônio Líquido:

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio social ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos.

o) Saldo Patrimonial:

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o CRO-MG e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas com arrecadações e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o CRO-MG, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

p) Superávit/Déficit Financeiro:

- i) Superávit Financeiro – a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais
- ii) Déficit Financeiro – a diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, é a diferença entre o que é arrecadado e o que é gasto pelo CRO-MG diante de suas obrigações em diversos setores. Indica uma situação de desequilíbrio de contas.



Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” segundo a NBC TSP 02 compreende “... os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis as aplicações financeiras de curto prazo, de alta, liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa...” Dessa forma:

DESCRIÇÃO	NOTAS	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Bancos com Movimento	a	18.277,06	9.585,22
Bancos com Arrecadação	b	3.365,68	2.031,88
Disponibilidade Transitória	c	190,00	1.656,18
Aplicações Financeiras	d	1.532.973,69	2.061.107,10
TOTAL		1.554.806,43	2.074.380,38

a) **Banco Conta Movimento:** Representam os valores depositados em contas correntes bancária de liquidez imediata na quais são realizados os pagamentos regulares do Conselho.

b) **Banco Conta Arrecadação:** Trata-se das contas bancárias de movimentação restrita ao recebimento das anuidades pagas pelos profissionais inscritos. Esses valores são creditados por meio do pagamento dos boletos emitidos pela entidade e transferidos automaticamente para as contas bancárias.

c) **Disponibilidade Transitória:** Trata-se dos valores remetidos às delegacias como suprimento de caixa, bem como recebidos nas devoluções de suprimentos e apropriação de juros de empréstimos para despesa de custeio, entre outros.

d) **Aplicações Financeiras:** Essa rubrica agrupa os recursos investidos em instrumentos financeiros derivativos de liquidez imediata e de insignificante risco de redução do valor.

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” encerrou em 31/12/2021 com o saldo de R\$ 2.074.380,38 (dois milhões, setenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais, trinta e oito centavos), apresentando uma variação positiva de 33,42% em relação ao saldo apresentado em 31/12/2020. Os valores apresentados estão de acordo com os saldos finais dos extratos bancários, respectivamente, de 31/12/2020 e 31/12/2021.

Nota 02 – Crédito a Curto Prazo

De acordo com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público):

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos (...), feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. (MCASP, p. 161, Parte II, a partir do Exercício 2019, 8o Edição - Tesouro Nacional).

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Créditos a Receber do Exercício	4.227.013,22	4.590.359,92	5.437.859,24	7.185.354,90	6.432.489,86
Créditos a Receber de Exercícios Anteriores	2.527.032,02	2.820.508,00	3.576.554,95	-	-
Dívida Ativa Tributária	4.997.110,98	7.352.625,09	9.520.559,66	-	-
(-) Provisão de Créditos Liquidação Duvidosa	-	(7.838.839,48)	(15.364.852,25)	(5.389.828,44)	(5.047.679,08)
TOTAL - CURTO PRAZO	11.751.156,22	6.924.653,53	3.170.121,60	1.795.526,46	1.384.810,78

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais decidiu para uma melhor aplicação do pronunciamento do CFC 85/2012, que determina a realização do cálculo utilizando a taxa média de inadimplência, realizar com base nos últimos 5 (cinco) exercícios da seguinte forma: A = Saldo Anterior, B = Débitos, C = Recebimentos, D = % Recebido, ou $D = C / (B+A)$ e E = % A Receber, ou $E = 100\% - D$. Esse cálculo deve ser realizado considerando-se os 5 (cinco) últimos exercícios e individualmente para o Curto Prazo.

O percentual médio de inadimplências dos últimos 5 (cinco) anos no grupo de Curto Prazo foi calculado pela média em % inadimplência no período de 01/01/2017 a 31/12/2017 + inadimplência de 01/01/2018 a 31/12/2018 + inadimplência de 01/01/2019 a 31/12/2019 + inadimplência de 01/01/2020 a 31/12/2020 + inadimplência de 01/01/2021 a 31/12/2021 ÷ 5 exercícios, ou seja, $(73,0\%+71,0\%+83,6\%+73,3\%+91,6\% \div 5) = 78,47\%$.

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2021, o grupo de contas “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” apresenta um aumento de 56,37% em relação ao exercício anterior conforme demonstrado abaixo. OBS: Os valores de adiantamentos a pessoal incluem adiantamento de 13º salário, adiantamentos de férias e de salários.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Tributos a Recuperar/Compensar	5.590,25	5.456,81
Adiantamentos a Pessoal	15.286,45	24.822,46
Adiantamentos Diversos	3.398,35	832,84
Chamadas de Capital	3.900,00	1.605,00
Verbas de Representação	5.432,72	-
Entidades Públicas Devedoras - CFO	-	23.706,75
Depósitos/Bloqueios Judiciais	9.189,00	10.499,42
TOTAL	42.796,77	66.923,28

Nota 04 – Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

O quadro abaixo apresenta o Grupo de “Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) pagas antecipadamente”, sendo liquidadas mensalmente, obedecendo o princípio da competência.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Adiantamento a Fornecedores	-	123,06
TOTAL	-	123,06

Nota 05 – Créditos realizáveis a Longo Prazo

De acordo com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público):

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos (...), feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. (MCASP, p. 161, Parte II, a partir do Exercício 2019, 8o Edição - Tesouro Nacional).

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Créditos a Receber de Exercícios Anteriores	-	-	-	4.174.626,79	3.250.395,96
Dívida Ativa Tributária	-	-	-	12.816.483,84	16.258.252,17
(-) Provisão de Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	-	(15.825.737,62)	(18.037.226,48)
TOTAL – LONGO PRAZO	-	-	-	1.165.373,01	1.471.421,65

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais decidiu para uma melhor aplicação do pronunciamento do CFC 85/2012, que determina a realização do cálculo utilizando a taxa média de inadimplência, realizar com base nos últimos 5 (cinco) exercícios da seguinte forma: A = Saldo Anterior, B = Débitos, C = Recebimentos, D = % Recebido, ou $D = C / (B+A)$ e E = % A Receber, ou $E = 100\% - D$. Esse cálculo deve ser realizado considerando-se os 5 (cinco) últimos exercícios e individualmente para o Longo Prazo.

O percentual médio de inadimplências dos últimos 5 (cinco) anos no grupo de Longo Prazo foi calculado pela média em % inadimplência no período de 01/01/2017 a 31/12/2017 + inadimplência de 01/01/2018 a 31/12/2018 + inadimplência de 01/01/2019 a 31/12/2019 + inadimplência de 01/01/2020 a 31/12/2020 + inadimplência de 01/01/2021 a 31/12/2021 ÷ 5 exercícios, ou seja, $(72,4\%+99,4\%+97,0\%+96,9\%+96,6\% \div 5) = 92,46\%$. OBS: No quadro acima, os valores referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 não foram identificados devido a não realização da apropriação para o longo prazo nos períodos, sendo regularizado a partir de 2020.

Nota 06 – Imobilizado

Nesse grupo são classificados os bens essenciais à manutenção das atividades da entidade. O valor bruto para reconhecimento dos bens em ativo imobilizado é formado pelo custo de aquisição ou fabricação, transporte, montagem, serviços técnicos especializados e os custos para o de reconhecimento de desmobilização e as estimativas de custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado. A depreciação dos bens (conversão em custo ou despesa) se dá de forma linear com base na estimativa de vida útil e percentuais de depreciação constantes do anexo I da Instrução Normativa da RFB N° 1700. A vida útil para cada classe de ativos, bem como o saldo residual dos bens, está assim estabelecida:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL
Veículos	05 anos
Máquinas, Motores e Aparelhos	10 anos
Mobiliário em Geral	10 anos
Computadores e Periféricos	05 anos
Outros Bens Móveis	10 anos
Equipamentos de Produção Audiovisual	05 anos
Bens Imóveis	25 anos

Destarte, a posição contábil dos bens patrimoniais da entidade ao final do exercício de 2021:

DESCRIÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Veículos	167.448,37	(167.448,37)	-
Máquinas, Motores e Aparelhos	607.079,03	(393.122,36)	213.956,67
Mobiliário em Geral	1.334.766,67	(1.215.982,08)	118.784,59
Computadores e Periféricos	999.532,87	(665.732,98)	333.799,89
Objetos Históricos, Obras de Arte etc.	14.800,00	-	14.800,00
Outros Bens Móveis	288,01	(288,01)	-
Equipamentos de Produção Audiovisual	28.827,86	(13.804,46)	15.023,40
TOTAL DOS BENS MÓVEIS	3.152.742,81	(2.456.378,26)	696.364,55
Bens Imóveis	11.497.243,03	(10.026.645,08)	1.470.597,95
TOTAL DOS BENS IMÓVEIS	11.497.243,03	(10.026.645,08)	1.470.597,95
TOTAL GERAL DO IMOBILIZADO	14.649.985,84	(12.483.023,34)	2.166.962,50

Nota 07 - Quadro de Movimentação do Imobilizado

Detalhamos abaixo o quadro de movimentação do imobilizado conforme previsto na letra e) do item 88 da NBC TSP 07 Ativo Imobilizado:

DESCRIÇÃO	2020			2021		
	Aquisições	Baixas	Ajuste	Aquisições	Baixas	Ajuste
1.2.3.1.1 - Bens Móveis	98.385,29	-	(1.139,90)	404.271,87	(445.045,00)	(16.884,12)
Veículos	-	-	(1.139,90)	-	(445.045,00)	-
Máquinas Motores e Aparelhos	34.087,46	-	29.109,87	121.466,13	-	-
Mobiliário em Geral	10.264,06	-	2.342,06	47.346,66	-	-
Computadores e Periféricos	40.995,77	-	623,00	231.839,58	-	-
Obras de Arte, etc	12.000,00	-	-	-	-	-
Obras e Instalações	1.038,00	-	-	-	-	(16.884,12)
Equip. Produção Audiovisual	-	-	(32.074,93)	3.619,50	-	-
1.2.3.2.1 - Bens Imóveis	-	-	-	234.150,56	(83.355,04)	16.884,22
Sala – Montes Claros	-	-	-	-	(35.000,00)	-
Sala – Alfenas	-	-	-	-	(25.355,04)	-
Sala – Ipatinga	-	-	-	-	(23.000,00)	-
Sala – Patos de Minas	-	-	-	1.200,00	-	-
Sala – Divinópolis	-	-	-	1.500,00	-	-
Sede – Rua da Bahia 1477	-	-	-	-	-	0,10
Obras e Instalações	-	-	-	231.450,56	-	16.884,12
TOTAL	98.385,29	-	(1.139,90)	638.422,43	(528.400,04)	0,10



Conforme quadro acima, podemos verificar um aumento de cerca de 548,90% nas aquisições no Exercício de 2021 se comparado com o mesmo período de 2020. Sendo que as aquisições mais relevantes foram em “Máquinas Motores e Aparelhos”, “Computadores e Periféricos” e “Obras e Instalações”. Segue o detalhamento das movimentações, mais relevantes, até o fechamento dessa demonstração:

- i) Veículos:
No Exercício de 2021, foram vendidos: - 05 (cinco) veículos, conforme Leilão n 3067/2021 (conforme Notas de Arrematação nº 8660/8661/8662/8665/8666).
- ii) Máquinas, Motores e Aparelhos:
No Exercício de 2021, foram adquiridos: - 01 (um) câmera de segurança para área externa da Sede do CRO-MG, devido a ocorrência de vários furtos nos cabos de energia elétrica; - 02 (dois) máquinas fragmentadoras para utilização na Sede do CRO-MG; - 03 (três) climatizadores de ar, sendo 01 (um) unidade para a Sede e 02 (dois) unidades para a Delegacia Regional de Montes Claros/MG; - 02 (dois) ar condicionados para utilização na Delegacia de Patos de Minas/MG; - Aquisição de equipamentos de telefonia, sendo 14 (quatorze) IPBX Backup para a Sede e 40 (quarenta) aparelhos telefônicos para as Delegacias do CRO-MG; - 01 (um) refrigerador Consul 261 litros para o setor da Central de Atendimento que fica no Auditório II; - 02 (dois) fornos micro-ondas, sendo 01 (um) para o Auditório II e 01 (um) para a Delegacia Regional de Governador Valadares/MG; - 30 (trinta) aparelhos de celulares smartphones para o setor de Fiscalização da Sede e das Delegacias Regionais; - 01 (um) televisor Smart para a Delegacia Regional de Uberlândia/MG; - 01 (um) televisor Smart para a Delegacia Regional de Divinópolis/MG; e - 02 (dois) aparelhos de ar condicionados para a Delegacia Regional de Uberaba/MG.
- iii) Mobiliário em Geral:
No Exercício de 2021, foram adquiridos: - 12 (doze) cabines de atendimento para o Setor da Central de Atendimento localizado no Auditório II; - 13 (treze) cadeiras giratórias para o Auditório II; - Cadeiras e Poltronas para a Delegacia Regional de Uberlândia/MG; e - 07 (sete) mesas e 07 (sete) cadeiras giratórias para o Setor de Fiscalização localizado na Sede do CRO-MG.
- iv) Computadores e Periféricos:
No Exercício de 2021, foram adquiridos: - 25 (vinte e cinco) Desktops sem monitor para a troca dos que estavam com defeito tanto na Sede quanto nas Delegacias Regionais; - 20 (vinte) Notebooks para melhoria dos setores tanto da Sede quanto das Delegacias Regionais; - 50 (cinquenta) monitores LG para a Sede e Regionais; 02 (dois) roteadores para gerenciamento da rede da Sede e do Auditório II.
- v) Sala – Delegacia Regional de Montes Claros/MG:
No Exercício de 2021, as Salas de nº 508/509, localizadas à Rua D. Pedro II nº 370, foram vendidas conforme Leilão nº 3067/2021 (conforme Notas de Arrematação nº 8659/8664).
- vi) Sala – Delegacia Regional de Alfenas/MG:
No Exercício de 2021, as Salas de nº 403/404, localizadas à Rua Gal. Campos nº 65, foram vendidas conforme Leilão nº 3067/2021 (conforme Nota de Arrematação nº 9828).
- vii) Sala – Delegacia Regional de Ipatinga/MG:
No Exercício de 2021, a Sala de nº 302, localizada à Rua Vinte e Oito de Abril nº 573, foi vendida conforme Leilão nº 3067/2021 (conforme Nota de Arrematação nº 8663).
- viii) Obras e Instalações:
Estão sendo executadas as reformas nas Delegacias Regionais de Muriaé/MG, Uberlândia/MG e Divinópolis/MG. Os valores adquiridos nessa rubrica referem-se a essas reformas e quando concluídas, os valores serão adicionados ao valor do imóvel.
- ix) Ajustes:
A coluna de “Ajustes”, referem-se a reclassificações contábeis para melhor classificação.

Todas as aquisições foram realizadas visando uma melhoria nos trabalhos executados pelos colaboradores do CRO-MG afim de oferecer um atendimento de qualidade aos inscritos.

Nota 08 – Intangível

No exercício de 2021, o saldo líquido dos ativos intangíveis do CRO-MG é de R\$ 2.958,63 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais, sessenta e três centavos).

DESCRIÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Intangível	4.494,93	(1.536,30)	2.958,63
TOTAL	4.494,93	(1.536,30)	2.958,63

O CRO-MG possui um sistema de registro e controle de bens (SISPAT) que está em fase de implementação e por isso não está em pleno uso. E diante disso, o CRO-MG não possui uma metodologia de avaliação em conformidade com o MCASP 8ª edição e diante disso não realizamos o teste de Impairment dos Ativos Intangíveis.

Nota 09 - Quadro de Movimentação do Intangível

Detalhamos abaixo o quadro de movimentação do intangível:

DESCRIÇÃO	2020			2021		
	Aquisições	Baixas	Ajuste	Aquisições	Baixas	Ajuste
1.2.4 - Intangível	-	-	-	-	-	-
Licenças de Software	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Não houve aquisições no exercício de 2021, conforme demonstrado acima.

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2021, conforme quadro abaixo, esse grupo de contas apresentou um valor de R\$ 1.421.204,70 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e quatro reais, setenta centavos), representando um aumento de 12,78% de um exercício para o outro. Esse grupo é principalmente composto pelos valores com pessoal que foram pagos, exceto as provisões, no mês subsequente ao mês de fechamento dessa nota.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Salários a Pagar	295.761,91	340.104,70
Rescisão de Contrato a Pagar	-	7.926,78
Empréstimo Consignado a Pagar	-	2.160,00
Encargos a Pagar	311.133,30	355.653,60
Provisões e Encargos Trabalhistas	653.274,83	715.359,62
TOTAL	1.260.170,04	1.421.204,70

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

A contabilização de empréstimo segue normas específicas para o setor público, e de forma análoga podemos aplicar o pronunciamento do **CFC n.º46/2011 - Contabilização de Empréstimo (Operação de crédito) - Sistemas CFC/CFC's e NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos** para as situações do CRO-MG. A eventual quitação antecipada terá reflexo diminutivo do montante dos juros.

A entidade realizou uma operação junto ao CFO (Conselho Federal de Odontologia) no valor de **R\$ 3.000.000,00** (três milhões de reais). O crédito foi realizado em 02(duas) parcelas, a primeira de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais) em 25/07/2017 e a segunda parcela de **R\$ 1.500.000,00**



(um milhão e quinhentos mil reais) em 06/09/2017 com taxa de 0,6292% a.a. e 36 (Trinta e seis) parcelas fixas de **R\$ 100.712,36** (cem mil e setecentos e doze reais e trinta e seis centavos) com carência inicial de 12 (doze) meses entre o recebimento do primeiro crédito e o pagamento da primeira parcela.

Em agosto de 2021, o empréstimo foi integralmente quitado, conforme detalhamento abaixo:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Conselho Federal de Odontologia (Empréstimo - CP)	824.086,53	-
Juros e Encargos Financeiros a Pagar (Empréstimo - CP)	(40.757,46)	-
TOTAL	783.329,07	-

Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2021, o CRO-MG apresentou um saldo de R\$ 234.634,84 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais, oitenta e quatro centavos) relacionado a fornecedores e contas a pagar de curto prazo, conforme demonstrado em quadro abaixo. Os valores devidos de fornecedores e contas a pagar tiveram um aumento de cerca de 8,88% se comparado com o saldo final apresentado em 31/12/2020. Um dos principais motivos desse aumento referem-se as reformas que estão sendo executadas nas Delegacias Regionais de Muriaé/MG, Uberlândia/MG e Divinópolis/MG.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Fornecedores a Pagar	215.497,37	234.634,84
TOTAL	215.497,37	234.634,84

Foram criados subgrupos no grupo de “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” para uma maior transparência e controle. Ficaram assim classificados:

SUBGRUPOS	SALDO EM 31/12/2021
Fornecedores de Serviços Essenciais	23.674,37
Fornecedores de Bens Imóveis/Móveis/Intangível	6.302,00
Fornecedores de Materiais/Serviços para Atendimento Geral	74.646,61
Fornecedores de Segurança Patrimonial	26.759,92
Fornecedores de Serviços de Condomínios/Estacionamento/Loações de Imóveis	3.977,12
Fornecedores de Materiais/Serviços para Pessoal	61.743,05
Fornecedores de Materiais/Serviços para Conservações e Reparos nas Instalações	8.071,66
Fornecedores de Serviços/Materiais de Limpeza, Copa e Gêneros Alimentícios	29.490,11
TOTAL	234.634,84

Nota 13 – Obrigações de Repartição a outros Entes

Conforme instituído pela **Lei 4.324 de 14 de abril de 1964, Art. 8o, alíneas “b”, “c” e “d”**, o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, obrigatoriamente, repassará a fração de 1/3 (um terço), denominada “Cota Parte”, dos valores arrecadados referentes às anuidades, taxa de expedição de carteiras profissionais bem como as multas aplicadas pela entidade ao Conselho Federal de Odontologia.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Cota Parte - Gestão 03/2015 a 03/2017	893.444,17	893.444,17
Cota Parte - Gestão 03/2017 a 03/2019	1.171.249,86	1.171.249,86
Cota Parte - Gestão 03/2019 a 03/2021	-	-
Cota Parte - Gestão 03/2021 a 03/2022	16.606,88	23.212,75
SUBTOTAL – COTA PARTE A PAGAR	2.081.300,91	2.087.906,78
Diferença Recebimento Arrecadação CFO	7.784,30	7.975,48
TOTAL DO GRUPO	2.089.085,21	2.095.882,26



A partir da Gestão iniciada na data de 18/03/2019, o pagamento da Cota Parte está sendo executado periodicamente. Os valores das gestões anteriores estão sendo analisados para realização do pagamento a posteriori.

Os valores de “Diferença de Recebimento de Arrecadação” referem-se a valores que não foram repassados ao CFO devido a diferenças apresentadas nos Mapas de Arrecadações do CRO-MG em relação a informação enviada pelo próprio CFO.

Nota 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Esse grupo compreende as obrigações da entidade, junto a terceiros, não inclusas nos demais subgrupos do passivo, tais como retenções de fornecedores, honorários advocatícios, dentre outros.

No exercício de 2021, esse grupo sofreu uma variação de 35,73% se comparado com o resultado apresentado no final do exercício de 2020, principalmente devido ao pagamento realizado referente aos honorários advocatícios.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2021
Impostos Retidos a Pagar	97,76	9.187,52
Seguro de Vida (1)	522,80	-
Receitas a Identificar (2)	528.881,55	598.663,85
Honorários Advocatícios	376.762,10	64.239,43
Auxílio Representação	-	356,00
Diárias, Locomoção e Alimentação	-	960,62
Reembolso Diversos	-	1.674,91
TOTAL	916.264,21	675.082,33

- (1) A partir do mês de setembro de 2021, as despesas com seguro de vida foram reclassificadas para o grupo de Fornecedores – Subgrupo “Fornecedores de Materiais/Serviços para Pessoal.
- (2) As Receitas a Identificar referem-se aos recebimentos creditados nas contas bancárias do CRO-MG e que até o encerramento do trimestre não obtiveram identificação. Esses valores serão reconhecidos e sua devida classificação será realizada a partir do momento em que forem identificados. Segue detalhamento:

DESCRIÇÃO	VALORES
Exercícios Anteriores	431.250,41
Exercício de 2020	5.918,11
Exercício de 2021	10.621,55
Exercício de 2022 (recebidas em 2021)	150.873,78
COMPOSIÇÃO EM 31/12/2021	598.663,85

Nota 15 - Provisões a Longo Prazo

Com o objetivo de proteger o patrimônio da entidade contra incertezas futuras, a Contabilidade prevê o registro de provisões, “reservando” uma parte do patrimônio para desembolsos que possam ocorrer em função de fatos ocorridos no presente. A **NBC TSP 03** é a norma que dita os procedimentos contábeis que as entidades públicas devem aplicar para o registro da provisão.

Em 31/12/2021, a entidade apurou e provisionou 7 (sete) processos classificados como “Prováveis”, no valor total de **R\$ 1.612.114,06** (um milhão, seiscentos e doze mil, cento e quatorze reais, seis centavos). Os valores dos processos e riscos envolvidos foram fornecidos pelos advogados da Procuradoria Jurídica da entidade.

No quadro abaixo, podemos observar uma redução de 26,36% se compararmos o total dos Processos Trabalhistas de um exercício para o outro.



DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR EM 31/12/2020	QTDE	VALOR EM 31/12/2021
Provável	7	2.316.848,77	7	1.612.114,06
Possível	1	938.105,43	2	959.118,72
Remoto	1	22.713,61	1	22.713,61
TOTAL		3.277.667,81		2.593.946,39

Nota 16 - Patrimônio Líquido

Foi registrado no Balanço Patrimonial, no final do exercício de 2021, um aumento de 613,02%, no Patrimônio Líquido da entidade, se comparado ao saldo apurado no final do exercício de 2020.

DESCRIÇÃO	2020	2021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	869.788,33	(1.128.662,09)
<i>Patrimônio Social e Capital Social</i>	<i>(11.769.688,81)</i>	<i>(11.769.688,81)</i>
<i>Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores</i>	<i>9.937.115,08</i>	<i>12.639.477,14</i>
<i>Resultado Acumulado Apurado no Exercício Corrente</i>	<i>2.702.362,06</i>	<i>(1.998.450,42)</i>

Nota 17 – Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Ou seja, é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas), apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Quadro de Apuração do Resultado Patrimonial no final do exercício de 2021 apresenta um déficit patrimonial no valor de R\$ 741.561,42 (setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e um reais, quarenta e dois centavos). Lembrando que ele é apresentado pela ótica do Balanço Patrimonial.

Ao observarmos o quadro percebe-se que o saldo patrimonial teve um aumento de 56,14% no exercício de 2021 em relação ao apresentado no exercício de 2020. Isso deve-se ao fato, principalmente do aumento de 52,67% no saldo da conta de Clientes e a quitação integral em Agosto de 2021 do empréstimo contraído junto ao CFO.

QUADRO DE APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.554.806,43	2.074.380,38
Clientes	7.185.354,90	-
Tributos a Recuperar/Compensar	5.590,25	5.456,81
Devedores da Entidade	28.017,52	27.260,30
Entidades Públicas Devedoras	-	23.706,75
Depósitos/Bloqueios Judiciais	9.189,00	10.499,42
Adiantamentos a Fornecedores	-	123,06
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO (1)	8.782.958,10	2.141.426,72
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias a Pagar – Curto Prazo	606.895,21	705.845,08
Fornecedores Diversos	216.020,17	234.634,84
Entidades Públicas Credoras	2.089.085,21	2.095.882,26
Impostos de Fornecedores Retidos a Pagar	97,76	9.187,52
Receitas a Identificar	528.881,55	598.663,85
Honorários a Pagar	386.762,10	-
Empréstimos a Pagar – Curto/Longo Prazo	(40.767,46)	-
Outros Créditos Diversos a Pagar	-	597,98
Créditos Empenhados a Liquidar	821.029,15	1.870.223,51
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO (2)	4.608.013,69	5.515.035,04
Clientes	16.991.110,63	25.941.137,99
Provisões de Créditos Liquidação Duvidosa	(21.215.566,06)	(23.084.905,56)
Bens Móveis	3.195.403,94	3.152.742,81
Bens Imóveis	11.344.559,51	11.497.243,03

Intangível	1.724,00	4.494,93
Depreciação e Amortização Acumulados	(12.388.783,78)	(12.484.559,64)
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE (3)	(2.071.551,76)	5.026.153,56
Provisões Trabalhistas	653.274,83	715.359,62
Empréstimos a Pagar - Curto Prazo	824.086,53	-
Honorários Advocatícios a Pagar	-	64.239,43
Diárias, Locomoção e Alimentação a Pagar	-	718,64
Indenizações Trabalhistas	2.316.848,77	1.612.114,06
Reembolsos Diversos a Pagar	-	1.674,91
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE (4)	3.794.210,13	2.394.106,66
SALDO PATRIMONIAL (1+3-2-4)	(1.690.817,48)	(741.561,42)

Nota 18 – Apuração do Resultado Financeiro

Conforme apurado detalhadamente no quadro abaixo, percebemos uma variação significativa na apuração do Resultado Financeiro, mas os números não servem de base de comparação pois o valor apresentado referente ao exercício de 2020 não apresenta informações fidedignas, conforme detalhado e explicado na Nota 19:

QUADRO DE APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.554.806,43	2.074.380,38
Clientes a Curto Prazo	7.185.354,90	-
Tributos a Recuperar/Compensar	5.590,25	5.456,81
Devedores da Entidade	28.017,52	27.260,30
Entidades Públicas Devedoras	-	23.706,75
Depósitos/Bloqueios Judiciais	9.189,00	10.499,42
Adiantamentos a Fornecedores	-	123,06
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO (1)	8.782.958,10	2.141.426,72
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias a Pagar – Curto Prazo	606.895,21	705.845,08
Fornecedores Diversos	216.020,17	234.634,84
Entidades Públicas Credoras	2.089.085,21	2.095.882,26
Impostos de Fornecedores Retidos a Pagar	97,76	9.187,52
Receitas a Identificar	528.881,55	598.663,85
Honorários a Pagar	386.762,10	-
Empréstimos a Pagar – Curto/Longo Prazo	(40.767,46)	-
Outros Créditos Diversos a Pagar	-	597,98
Créditos Empenhados a Liquidar	821.029,15	1.870.223,51
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO (2)	4.608.013,69	5.515.035,04
RESULTADO FINANCEIRO (1-2)	4.174.944,41	(3.373.608,32)

Obs.: O déficit financeiro apurado em 2021 apresenta uma diferença de 309.717,58 (trezentos e nove mil, setecentos e dezessete reais, cinquenta e oito centavos) do apresentado no Balanço Patrimonial devido a conta “1.1.2.1.1.01.01.02 – Pessoas Jurídicas” estar impactando erroneamente a apuração (estava atribuída como financeira e a atribuição correta é permanente). O valor do déficit apurado e apresentado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022 é de **-3.063.890,74** e o correto é de **-3.373.608,32**, conforme detalhado no quadro acima (vide esclarecimentos na Nota 19 dessa demonstração).

Nota 19 – Apuração do Resultado Financeiro dos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021

Após o apontamento da auditoria realizada pelo Conselho Federal de Odontologia, conforme Parecer SEAUD nº 20/2021 – item 3.2, constatou-se um erro na parametrização do sistema SISCONT da empresa Implanta desde 2014 como podemos constatar nos resultados financeiros apurados abaixo:

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Financeiro	35.217,82	741.696,18	2.875.620,45	5.787.699,50	7.628.001,11
Passivo Financeiro	(1.134.002,37)	(4.015.775,80)	(4.104.419,74)	(7.379.067,81)	(6.243.865,48)
RESULTADO APURADO ANTERIORMENTE	(1.098.784,55)	(3.274.079,62)	(1.228.799,29)	(1.591.368,31)	1.384.135,63
Ativo Financeiro	35.217,82	741.696,18	174.031,22	503.995,56	1.355.039,07
Passivo Financeiro	(1.134.002,37)	(4.015.775,80)	(4.104.419,74)	(7.379.067,81)	(6.250.057,33)
RESULTADO (REAL) APURADO	(1.098.784,55)	(3.274.079,62)	(3.930.388,52)	(6.875.072,25)	(4.895.018,26)

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo Financeiro	10.875.443,09	15.344.129,48	22.844.818,68	8.782.958,10	8.573.916,58
Passivo Financeiro	(5.419.481,25)	(6.725.633,04)	(5.284.342,53)	(4.608.013,69)	(5.515.035,04)
RESULTADO APURADO ANTERIORMENTE	5.455.961,84	8.618.496,44	17.560.476,15	4.174.944,41	3.058.881,54
Ativo Financeiro	1.615.318,89	3.401.144,47	4.309.844,83	1.597.603,20	2.141.426,72
Passivo Financeiro	(4.992.809,73)	(6.222.707,43)	(5.284.342,53)	(4.608.013,69)	(5.515.035,04)
RESULTADO (REAL) APURADO	(3.341.490,84)	(2.821.562,96)	(974.497,70)	(3.010.410,49)	(3.373.608,32)

Obs.: A apuração do período de 2012 a 2016 foi calculada conforme os resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mas existem inconsistências de conciliações e fechamentos que foram ajustados nos exercícios de 2017 e 2018. Referente aos exercícios de 2019 a 2021, as informações estão conciliadas e todos os fechamentos estão atendendo aos requisitos do MCASP.

Nota 20 – Abertura de Crédito Especial/Suplementar

Diante do detalhamento relatado na Nota 21 dessa Nota Explicativa, o CRO-MG realizou algumas Aberturas de Crédito Especial utilizando o Superávit apurado em anos anteriores indevidamente pois conforme demonstrado na “Nota 19” não apresentava superávits financeiros e, sim, déficits financeiros. Se o CRO-MG tivesse identificado esse erro em tempo oportuno e pudesse realizar a alteração nos exercícios já encerrados, poderia ter utilizado a Anulação de Saldo Remanescente das Dotações Orçamentárias, conforme previsto na Lei nº 4.320, Art. 43, inciso III. Segue o detalhamento abaixo:

Exercício	Valor Utilizado p/Abertura do Crédito
2012	-
2013	6.665.000,00
2014	3.800.000,00
2015	1.680.957,99
2016	984.362,47
2017	351.320,00
2018	-
2019	460.000,00
2020	204.248,64
2021	1.683.000,00

Exercício	Despesas Orçadas	Despesas Realizadas	Saldo Residual
2012	18.515.000,00	13.257.700,42	5.257.299,58
2013	18.418.000,00	15.673.579,50	2.744.420,50
2014	18.470.000,00	16.496.814,21	1.973.185,79
2015	20.600.957,99	18.059.213,33	2.541.744,66
2016	21.228.862,47	18.498.903,89	2.729.958,58
2017	21.044.087,00	18.212.314,62	2.831.772,38
2018	25.811.415,29	20.545.624,84	5.265.790,45
2019	25.146.448,15	21.383.564,27	3.762.883,88
2020	25.666.592,66	21.337.682,81	4.328.909,85
2021	29.845.994,30	26.842.555,23	3.003.439,07



Nota 21 – Despesas Pagas

Conforme demonstrado, abaixo, podemos perceber que as despesas pagas tiveram um aumento de 23,79% se compararmos os períodos do exercício de 2021 e do exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021
Despesas Pagas	20.251.873,31	24.673.858,12
Despesas Pagas Inscritas em Restos a Pagar	492.778,95	1.005.250,91
TOTAL	20.744.652,26	25.679.109,03

Este aumento significativo ocorreu, em grande parte, devido as obras de reforma nas instalações das Delegacias Regionais de Muriaé/MG, Uberlândia/MG e Divinópolis/MG, bem como a compra de todo mobiliário para essas Regionais.

Nota 22 – Receitas

22.1. Apropriação das Receitas do período de Janeiro a Junho de 2021

No mês de janeiro foi implantado o sistema SISCAP da empresa Implanta conforme determinação do Conselho Federal de Odontologia. No dia 24/02/2021 foi comunicado ao Conselho Federal de Odontologia e a empresa Implanta que o relatório “Mapa de Arrecadação” apresentava erros significativos que inviabilizava a emissão do referido relatório. Diante desse fato, as receitas do período de 01/01/2021 a 30/06/2021 não foram apropriadas, ficando contabilizadas na conta contábil 2.1.8.9.2.01 – Receitas a Classificar. Segue demonstrativo dos valores líquidos recebidos nos bancos arrecadação:

MÊS	VALOR
Janeiro 2021	1.737.276,98
Fevereiro 2021	1.463.375,39
Março 2021	3.481.862,34
Abril 2021	3.130.157,88
Mai 2021	849.584,63
Junho 2021	836.315,20
TOTAL RECEBIDO LÍQUIDO	11.498.572,42

Foram solucionados os problemas referentes aos Mapas de Arrecadação de Janeiro a Junho de 2021 e as receitas foram apropriadas nas seguintes datas e nos seguintes valores brutos:

MÊS	VALOR	DATA APROPRIAÇÃO
Janeiro 2021	2.545.950,75	29/08/2021
Fevereiro 2021	2.096.449,46	22/08/2021
Março 2021	5.149.461,73	28/08/2021
Abril 2021	4.636.912,39	01/08/2021
Mai 2021	1.209.103,40	08/08/2021
Junho 2021	1.196.828,80	15/08/2021
TOTAL RECEBIDO BRUTO	16.834.706,53	

Obs.: A diferença entre os valores recebidos líquido e bruto, referem-se ao pagamento da “Cota Parte” ao Conselho Federal de Odontologia (Nota 13).



22.2. Receitas Brutas

Conforme demonstrado podemos perceber um aumento de 40,43% comparando as receitas recebidas, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2022
Valor Bruto	18.553.182,28	26.054.551,01

Este aumento significativo ocorreu, em grande parte, devido à retomada na economia brasileira frente à Pandemia de Covid-19 tendo como contribuição também, as novas estratégias de negociações e cobranças adotadas pelo CRO-MG em 2021, possibilitadas pelo novo Software utilizado: SISCAF.

Nota 23 – Declaração de Responsabilidade dos Dirigentes e Contador

Em cumprimento ao que determina as exigências legais, declaramos e assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e à realidade dos saldos/valores apurados. Os lançamentos contábeis que deram origem às demonstrações e informações aqui apresentadas foram elaborados com aparo nas devidas documentações repassadas à Gerência de Contabilidade, setor encarregado da escrita contábil e fiscal do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais. De acordo com as demonstrações contábeis e as notas explicativas, tendo em vista as justificativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a Diretoria do CRO-MG, entende que os Balanços: Patrimonial, Orçamentário, Financeiro e demais Demonstrativos Contábeis espelham, com exatidão e transparência, todas as transações realizadas nesse período.

Belo Horizonte/MG, 31 de dezembro de 2021.

ANNE CURTO N. BRAGA
GERENTE DE CONTABILIDADE

CRC-MG 57.570/O
978.313.286-50

RICARDO ALVES CORREA
CONSELHEIRO TESOUREIRO

CRO-MG 16.333
517.559.806-63

RAPHAEL CASTRO MOTA
CONSELHEIRO PRESIDENTE

CRO-MG 30.261
039.136.346-81